

Batalha do Rio Xingu (I)

Em Altamira (PA), fomos repudiar as barragens projetadas

OSWALDO SEVÁ



Altamira, maio de 2008. E lá estávamos, no “Encontro dos Povos Indígenas e Movimentos Sociais da Bacia do Rio Xingu”, para discutir e repudiar projetos de construção de barragens. A palavra de ordem, a imagem de marca, era “Xingu Vivo para sempre”. Logo abaixo, nos outdoors e banners, outra vinheta: “Povos unidos pelo Xingu”. Nas camisetas, feitas pelas entidades de Altamira, vendidas a R\$ 10 na entrada do Ginásio Poliesportivo da Brasília, a segunda frase era “Discussão sobre os projetos hidrelétricos no Rio Xingu”.

Discutir era exatamente o que queriam as entidades, a Prelazia Católica do Xingu, seus missionários e leigos das pastorais, o que queriam os jovens se iniciando na política, os colegiais que foram às centenas assistir ao evento, e moradores, muitos, dos bairros de Altamira que seriam atingidos pela represa, caso fosse feita a usina Belo Monte.

Discutir o projeto Belo Monte era o que queriam os moradores da área rural dos travessões da Transamazônica, a BR-230, cujas paróquias e comunidades também seriam atingidas de algum modo por um ou mais desses fatores, pela água represada, pelo rasgo de grandes extensões de terrenos para os canteiros de obras, com escavações, terraplenagens, desmonte de rochas, pátios de materiais e de máquinas, alojamentos.

Esta ressaca de transtornos e de modificações fundiárias incluiria distintos trechos dos municípios de Altamira, Vitória do Xingu, Senador José Porfírio. Outras propriedades e também fragmentos, ainda, de mata amazônica, seriam atingidos pela abertura de estradas de serviço, pela construção de um novo porto no Xingu, mais atracadouros e pontes, pela

montagem de galpões, de linhas de transmissão e de subestações para o próprio período de obras, e também por desmatamentos para a retirada de pedra, brita, areia e outros materiais de construção. Feitas as contas, se fosse hoje, 15 mil, talvez 18 mil pessoas seriam de fato atingidas, tendo que se mudar de local, ou, caso seja permitido permanecer, teriam suas vidas transtornadas pelo que vier ali se instalar.

Informar corretamente e consultar todo esse povo sobre o seu próprio destino, e sobre o que pretendem fazer “os de fora”, infelizmente não é procedimento previsto nem obrigatório em nossa Constituição Federal. A Carta de 1988, apesar de incompleta, é bastante avançada na definição e defesa dos direitos das pessoas, dos cidadãos, e por isso mesmo, aliás, está sob artilharia da elite saudosa do império escravagista e da ditadura militar. Dois alvos insistentes são as liberações de minas, garimpos e usinas em Unidades de Conservação Ambiental, e nas Terras Indígenas, protegidas mas não regulamentadas pelo artigo 231.

Discutir era também o que queriam os índios. Alguns deles ajudaram desde antes (2006, 2007), a organizar o evento de maio. Outros foram sendo convocados pelo parentes e pelos organizadores, com o transporte e a hospedagem garantidos. Outros se viraram para chegar ali. No segundo dia, chegaram todos, eram mais de 500: os de mais perto, Yudjás (Juruna), Arara, Xipaia, Asurini, Kararaô, Araweté, Parakanã; os que vinham da região de São Félix, Tucumã, Parauapebas - bem numerosos - vários grupos de Mebengokré (Kaiapó mais Xicirin); do extremo sul do Pará vieram os Panará. Alguns grupos Kalapalo, Kamaiurá, Kuikuro, dentre os muitos que habitam o Parque Indígena criado pelos irmãos Villas Boas, também compareceram, e ainda seus vizinhos Xavante, do Mato Grosso; e, ainda, representantes dos Gavião e dos Apinayé, vindos da região do Bico do Papagaio (divisa do Mrahão, Pará e Tocantins), também ameaçados por projetos de barragem no Tocantins.

A maioria dos xinguanos, índios e não-índios, não têm informação correta e detalhada sobre as dimensões do projeto Belo Monte, muito menos de todos os projetos inventariados no Xingu. Não sabem ou não têm como avaliar a amplitude e duração das obras, o grau de alteração da natureza local e regional, nem sobre as mudanças drásticas das condições de vida para todos, caso a obra seja executada.

Quem tem alguma informação relevante, já olhou algum mapa, conferiu num GPS, ou então conhece situações similares, provavelmente repudia. A não ser que o cidadão pertença, ou espere se conectar a essas poucas redes locais de comerciantes, proprietários e especuladores, que se beneficiariam com serviços típicos dessas grandes obras. Sim, há sempre os ganhadores com esse surto inflacionário e golpista que acompanha tais investimentos em nosso país. Basta ver lá perto, no Pará mesmo, como foi com a hidrelétrica em Palmas, em Tucuruí, com décadas seguidas de grandes obras, como foi em Parauapebas, por causa da mineração de ferro, como está sendo em Barcarena e Abaetetuba, por causa da exportação de caulim, de bauxita e alumínio, e agora mesmo em Canaã por causa do níquel.

Por isso tudo, vários desses xinguanos, altamirenses e de regiões próximas, que foram ao ginásio da Brasília em maio passado, queriam discutir o projeto Belo Monte e os demais projetos de usinas contidos nos tais inventários hidrelétricos.

Discutir entre si, entre os que já são contrários e os que ainda ficam indecisos, trocar informações e opiniões com os dali e os da vizinhança, com os de mais longe, rio acima. Ouvir o que falam os “de fora”, conhecer e conversar com esses estranhos curiosos, e às vezes, solidários cidadãos que vêm das capitais e de outros países.

Quem cuida do projeto Belo Monte

Bem que se cogitou de montar algum tipo de “debate” ou, pelo menos, um “contraditório” entre as vozes oficiais e da resistência sobre o inventário hidrelétrico, além de algum debate específico sobre o projeto Belo Monte, nessa altura já famoso.

O primeiro escalão oficialmente responsável pelo inventário e pelos projetos no Xingu - a presidência da Eletrobrás, o Ministro de Minas e Energia - se foram convidados pelo Instituto Socioambiental ou pela Prelazia, não sei ao certo, mas recusaram. Indicaram um substituto de segundo escalão, da Eletrobrás no Rio de Janeiro, o engenheiro Paulo Rezende, há poucos anos gerente do projeto Belo Monte. Interessante como parece ter mudado de mãos esse projeto, nosso velho conhecido. Na década de 1980 se chamou Kararaô, era uma criatura da Eletronorte - empresa regional do grupo Eletrobrás - empenhada desde então pelo consultor CNEC, e enredada pelas teias políticas paraenses e maranhenses da “dam industry”, a indústria barrageira mundial.

De uns anos para cá, o projeto de construção da mega-usina, com previsão de potência a instalar da ordem de 11 milhões de kW, está sendo desenvolvido, detalhado, inclusive os estudos ambientais e antropológicos, por meio de um grupo “ad hoc” formado por gente das grandes empresas, “em parceria” com a Eletrobrás. Nada menos que a Andrade Gutierrez, a Odebrecht-CBPO, a Camargo Correa-CNEC, talvez outras, por elas subcontratadas.

Quem cuida então do projeto Belo Monte nessa terceira tentativa de implantá-lo?

É a fina flor da intelectualidade barrageira, a fatia brasileira das multinacionais da “dam industry”, bem casadinha com as tecnocracias da holding Eletrobrás e de suas empresas (Furnas, Chesf, Eletronorte, Eletrosul e outras menores). Lá estavam, no Ginásio da Brasília, escoltando o gerente Paulo Rezende, escalado para falar e para dar um só recado, do tipo: “nós, governo, Eletrobrás, prosseguimos estudando várias obras no rio Xingu, mas prometemos fazer apenas a usina Belo Monte”. O corte que ele sofreu no braço, foi acidental sim, eu vi a poucos metros de distância. Mas ele deixou claro que vinha para a guerra.

Com a sua persona carregada de messianismo profissional e de bairrismo carioca, vieram os arautos da insistência a Altamira. Nova leva de empurradores do projeto, é certo, após o desfile dos últimos 20 anos. Primeiro foram os politiqueiros federais e paraenses, a Eletronorte, e os iluminados das empresas de consultoria pousando de helicóptero, andando de caminhonetes 4x4 importadas; depois veio o tempo de enviar provocadores e infiltrados nas reuniões dos contrários, logo após vieram os yuppies acadêmicos de Brasília, os cientistas de Belém, todos contratados como consultores, e, enfim, os políticos petistas da região que eram quase todos contrários aos mega-projetos, e quase todos agora militam a favor.

Passados 20 anos, vieram esses novos locutores para repetir que vão fazer o que sempre quiseram fazer, o que já está decidido: grandes barragens no Xingu. É o que veremos na continuação.

Agosto 1, 2008

Batalha do Rio Xingu (II)

Altino Machado às 12:27 am

A indústria barrageira vai à guerra

OSWALDO SEVÁ



Dois meses depois, na terceira semana de julho de 2008, o governo federal avançou mais um peão no seu mis-en-scène de planejamento energético, cada vez mais sob o signo da autocracia, tornando pública uma Resolução do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), tratando projetos hidrelétricos no rio Xingu como uma estratégia dita de segurança nacional. Bem, é um risco, pode dar certo ou não: na Idade Média, a Armada espanhola

também fez isso com os estaleiros, foram prioridade real durante anos, até a “melhor frota da história” ser consumida pelo incêndio no Canal da Mancha.

A cúpula do Executivo representada no CNPE, ao tomar ciência de todas as boas alternativas de usinas no Xingu, jura e assina embaixo que será implantado “apenas” o projeto hidrelétrico Belo Monte, na região entre Altamira e a Volta Grande.

Porém, há que se dourar a pílula, e a tal Resolução é divulgada como a resultante de um tipo de entendimento entre cavalheiros da mesma corte. Como se alguns setores do governo quisessem barrar o rio Xingu todo, fazer várias mega-usinas, e se outros setores não quisessem nenhuma barragem nesse rio. Difícil saber em qual nicho deste governo.

Houve até interpretações pseudo-dramáticas, como se o CNPE tivesse proibido qualquer outra barragem no rio Xingu e no seu principal afluente, o rio Iriri. Ora, o primeiro estudo de inventário feito pela Camargo Correa/CNEC, em 1980, para a então Eletronorte, previa cinco mega-obras (Kararaô, Babaquara, Ipixuna, Kokraimoro e Jarina) no trecho paraense do Xingu, mais uma (Cachoeira Seca) no seu irmão menor, o rio Iriri.

Aprovado pelo antigo DNAEE, esse estudo valeu até um dia desses, em 2005, talvez. É fato que em 2007 foi elaborada uma atualização daquele inventário, pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) para a atual Eletrobrás. A mesma EPE que foi constituída sob forte influência do CNEC e demais consultoras congêneres, e atua como um braço da dita “indústria barrageira” no Ministério das Minas e Energia, no seio do próprio Poder Executivo federal, pariu a última versão do inventário, que assim podemos resumir:

- Suprimir o projeto no rio Iriri;
- Alterar os anteriores cinco “eixos” previstos para barrar o rio Xingu no Estado do Pará;
- Reduzir para quatro “eixos”, alterando seus nomes (Belo Monte, prevendo a instalação dos mesmos 11.128 MW, Altamira, com 1.848 MW, Pombal, com 600 MW e São Felix, 906 MW);
- Mudar a localização desses dois últimos projetos, reduzindo alturas das três barragens, fora Belo Monte;
- No caso do projeto Belo Monte, consolidou-se o deslocamento do “eixo” de barramento na Volta Grande uns 50 km rio acima da cachoeira Jericoá, reduzindo a área alagada para a faixa de 500 km², menos da metade do projeto anterior.

É esse o inventário hidrelétrico que foi submetido à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e que deve ser ou aprovado ou remetido de volta para a EPE refazer. Um sintoma de que não há acordo possível com os fundamentalistas barrageiros foi a reação imediata do diretor-presidente da ANEEL, Jerson Kelman, dizendo que a Resolução do CNPE foi “essencialmente política”. Segundo matéria da Agência Estado, de 22 de julho, disse pérolas do tipo: “T tecnicamente, não há razão para não fazer as outras usinas (...) faz parte do jogo democrático tentar agradar a todos os interessados. (...) É o típico caso de dar os anéis para ficar com os dedos”.

Portanto, permanece em pleno vigor a idéia única de “aproveitamento integral do potencial hidráulico” do rio Xingu. Aliás, de todo e qualquer rio. Todos têm que ser barrados. Esse é o dogma central obsessivo do presidente da ANEEL, do presidente da EPE, de todos que já passaram pelo cargo de Ministro de Minas e Energia. O monoteísmo da “dam industry” já dura 120 anos, sofre problemas desgastantes e contrapressões pelo mundo afora, mas continua sendo ensinado nas faculdades e convence juízes de todas as instâncias e até do Supremo Tribunal Federal.

Licenciamento e abismo social

Na mesma semana passada, o neo-ministro verde, Carlos Minc, parecia já capturado por lobbies empresariais e político-partidários que se acostumaram nos últimos anos a enquadrar e subordinar a área ambiental e de licenciamento. Sincronizado com os caciques do CNPE, Minc deu seqüência a mais um pacote de instruções normativas de Roberto Messias Franco, atual presidente do Ibama. Não sem o devido impulso provindo da Casa Civil. E o quê ele instruiu? O quê ele normatizou? Que as mega-obras, jóias do PAC, serão licenciadas por meio de um sistema ao mesmo tempo mais rigoroso e mais rápido, coisa de “no máximo um ano e um mês”.

Os iluminados acham que isso não depende do tamanho da obra nem do tamanho do problema já existente em cada região. Entenda-se que a análise dos estudos entregues, a elaboração de pareceres para decisão superior, a costura dos termos de licença e dos condicionantes que irão vigorar até a etapa seguinte, tudo isso vai ser feito às pressas, mas, dizem, sem complacência. Acredite se quiser.

É visível que assim o Ibama e o MMA vão atendendo aos reclamos empresariais insistentes dos últimos anos, os quais exigem da agência federal e também das estaduais a aprovação das licenças ambientais de qualquer loucura ou genialidade que eles inventam, em qualquer lugar complicado que eles escolham, e tudo rápido, sem percalços nem ideologizações, que é como eles gostam de fazer seus negócios.

Com isso, o governo reeleito em 2006 pelas massas populares e apesar da conspiração golpista, vai mesmo é aprofundar um abismo social, político, existencial: o verdadeiro “canyon” que vem se formando no país e em todas as regiões, entre os projetos de investimento em fábricas, minas, usinas elétricas, eixos rodoviários e ferroviários, super-portos, glebas de agronegócio e de aquicultura, todos qualificados oficialmente como “desenvolvimento” e um interesse popular o mais radical possível, expresso pelo agrupamento das pessoas que vêm sendo enganadas, pressionadas, assediadas.

Interesses radicais populares vão sendo, em muitos casos, vencidos, dilacerados. Para esses muitos, a luta é para se fazer ouvir, se fazer consultar, é também precaução urgente, para evitar ser espoliado de seus direitos básicos, evitar ser expropriado de suas poucas parcas posses, se acaso perderem as fontes e os pontos de seus pequenos negócios.

Sociedade adoece infernizada

No Xingu, todas as pessoas - e não apenas os índios Mebengokré, que chamamos Kaiapó, que, são brabos mesmo, e costumam de público nos tratar aos gritos - percebem que estão sendo tratadas como "entrave", como "interferência" nos negócios dos grandes. Enquanto isso, as relações sociais vão sendo estigmatizadas, esgarçadas por preconceitos de classe, de etnia, de origem geográfica, de crença religiosa.

Nas regiões brasileiras assim "eleitas", as grandes obras não admitem nada que preexistia, só vicejam em terra arrasada. Promessas nunca cumpridas, miragens na imensidão verde da selva ameaçada.

Para flexibilizar e dobrar os renitentes, além das campanhas de opinião, com seu conteúdo de terceira linha, argumentações chatas, monótonas, nada como uma trama de cooptações jeitosas, prometendo grana e já adiantando uma parte... Como dizem por lá, foi assim que fizeram os emissários dos "barrageiros" com uma liderança dos índios Xipaia que mora em Altamira, e que fizeram com lideranças das aldeias na Terra Indígena Trincheira Bacajá.

Também vão prometendo ajudar a delimitar a terra reivindicada, parece que a Eletrobrás assim fez com os pobres Arara do Maia, na barranca direita do Xingu, na Volta Grande, e com os Yudjá/Juruna do km 17 da rodovia Altamira a Vitória do Xingu.

E algo do tipo podem também ter feito, ainda na época da Eletronorte, com os Yudjá/Juruna da T.I. Paquissamba, na margem esquerda da Volta Grande do Xingu. No projeto anterior, sua aldeia iria para baixo d'água; no atual, não seriam inundados, mas sua aldeia fica em frente ao trecho do rio que estaria com pouca vazão d' água o ano todo, e praticamente seco no "verão", de junho a outubro. Seus lençóis freáticos iriam baixar e sua terra já homologada ficaria praticamente cercada por trás, pelo Norte, por grandes canteiros de obras, estradas, canais, represas menores interligadas.

Em Altamira, em maio de 2008, nosso encontro, preparado desde anos antes, foi montado para agregar mais gente, mais grupos questionando e repudiando os projetos, e em especial o Belo Monte. Afinal, os jovens grafiteiros de Altamira o batizaram "Belo Monstro". Ele já havia morrido duas vezes, e nós continuamos preparando sua terceira morte.

»»» Oswaldo Sevá, 59, é professor no Departamento de Energia e na Pós-Graduação em Antropologia da Unicamp, e foi o organizador do livro coletivo "Tenotã Mõ. Alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu, Pará, Brasil". Foto cedida ao autor por Francisco Del Moral. [Clique aqui](#) para conhecer o "Sítio do Tio Seva".